



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

68º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Curitiba - PR

Às 09h25 minutos do dia 22 de julho de 2016, na cidade de Curitiba, Paraná, a Desembargadora Maria Zeneide Bezerra, Presidente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais, abriu o 68º Encontro do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais e passou a palavra ao Desembargador Keppen, Presidente do TRE do Paraná para as considerações iniciais. Em seguida, a Desembargadora Maria Zeneide, após um momento lúdico-cultural com a exibição de uma bela música produzida por servidores e artistas potiguaras, apresentou as ações de suas atividades à frente do Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais. O Corregedor Regional Eleitoral do TRE do Piauí pediu autorização para exibir uma música, dentre as várias produzidas por aquele Tribunal, com o fim de conscientizar o cidadão sobre a importância do voto. Dando continuidade aos trabalhos, o Des. Antônio Boente, Presidente do TRE/RJ, relatou os temas discutidos na reunião de Diretores-Gerais. Ele discorreu sobre a proposta a ser apresentada ao TSE para aproveitamento dos dados biométricos já colhidos por outros órgãos públicos, a exemplo do Departamento de Trânsito. Ressaltou que, de um teste de 900 mil dados biométricos colhidos pelo Detran/RJ, todos foram recepcionados pela equipe técnica do TSE sem nenhuma rejeição, mas ressaltou que a proposta recebeu resistência na Corregedoria Geral do TSE. Com a palavra, O Des. Keppen propôs o encaminhamento da proposta ao TSE para o aproveitamento das coletas biométricas feitas por outros órgãos públicos. O Secretário Geral do TSE discorreu



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

sobre a matéria e afirmou que o Ministério da Justiça tem o entendimento que a Justiça Eleitoral é a instituição mais apropriada para gerir esse cadastro geral de identificação do cidadão. Para a efetivação desses projetos é necessário superar alguns pontos que estão sendo discutidos. Após, houve a manifestação individual dos Presidentes. O Presidente do TRE de Pernambuco ressaltou que no último Coptrel o Ministro Toffoli relatou que um caso de um cidadão com 27 CPFs e 27 RGs diferentes. Concordou com a proposta, mas sendo necessário cuidado diante da facilidade de fraude nos órgãos regionais. A Desembargadora do Ceará ressaltou a prudência quanto a esse aproveitamento dos dados oriundos e que devem ser feitos estudos, mas vota a favor. A Presidente do TRE de Mato Grosso manifestou preocupação em relação à proposta por conta de possíveis interesses dos órgãos estaduais no resultado das eleições. Citou que no Estado do Mato Grosso o Detran tem sido foco de denúncias de corrupção. Propõe que sejam feitas essas ponderações. O Presidente do TRE do Rio de Janeiro esclareceu que a proposta é dos Diretores-Gerais de todo o Brasil e foi aprovada à unanimidade, com a penas uma ressalva do DG de Alagoas. Levantou outra questão que a carteira do Detran é válida em todo território nacional e internacional também. Afirmou que o que está sendo tratado é a coleta, sendo que o TSE vai fazer o tratamento adequado aos dados. Assegurou que o TRE/RJ, Minas e o de São Paulo não cumprirão a meta de coleta biométrica até 2020 nas condições atuais e que se houver a aprovação dessa proposta será possível concluir até 2018. A Desa. Maria Zeneide aprova a proposta para que o TSE estude a questão. O Des. Antônio Carlos, Presidente do TRE de Pernambuco, afirmou que o TSE já está estudando a matéria e aprova. A Desa. Liselena, Presidente do TRE/RS passou a palavra ao DG daquele Tribunal que esclareceu que a ideia é que a Justiça Eleitoral receba os dados, mas que será feita uma validação pelo TSE, inclusive com teste na urna eletrônica. O Presidente do TRE da Paraíba



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

manifestou preocupação, entendendo que o cadastro deve ser feito pelos TREs, mas não se opõe a que seja feita uma análise acurada. O Presidente do TRE do Piauí afirmou que o Detran é um foco de corrupção, mas que o TSE poderá fazer a separação daquilo que é ou não válido. Em seguida, informou que tem notícia de que há uma discussão sobre a extinção dos juízes auxiliares. A Desa. Maria Zeneide sugeriu que fosse discutida a questão posteriormente. O Presidente do Tribunal do Amazonas defendeu que os dados devam ser aproveitados subsidiariamente. Não é contra o projeto, mas que deve ser de uso opcional, tendo em vista a fragilidade dos Detrans no combate à fraude. O Diretor-Geral do TSE esclareceu que a parceria com outros órgãos passam por análise, os órgãos querem realizá-las, mas que ainda há dificuldade na operacionalização de transferência de dados colhidos por terceiros para o cadastro eleitoral. Os demais Desembargadores manifestaram-se plenamente de acordo, ficando a proposta aprovada por maioria de votos. Em seguida, a Presidente inverteu a pauta e iniciou a discussão sobre o alcance das demandas do CNJ na Justiça Eleitoral. O Presidente TRE/SC fez questionamentos e apresentou proposta de definição pelo TSE de quais metas e diretrizes emanadas pelo CNJ devem ser atendidas pelos TREs. O Diretor-Geral do TSE afirmou que a relação CNJ/TSE depende muito da visão de cada Ministro Presidente do TSE. O Ministro Gilmar entende que o CNJ é importante e que deve ser feita a aproximação para esclarecer em quais matérias e pontos há a subordinação da JE ao CNJ. Essas questões estão sendo estudadas em conjunto entre os dois Órgãos. Ao final, foi aprovada, à unanimidade, a proposta do Presidente do TRE/SC, cuja cópia integral encontra-se anexa à presente Ata. Em continuidade aos trabalhos, o Diretor-Geral de Minas Gerais apresentou o seguinte tema: **TERCEIRIZAÇÃO DO ATENDIMENTO AO ELEITOR**. Terminada a apresentação, o Vice-Presidente do Coptrel assumiu a presidência dos trabalhos, tendo em vista a ausência da Presidente. Houve a discussão do



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

tema entre os Presidentes, sendo levantado pelo Presidente do TRE do Amapá questionamento quanto à constitucionalidade dessa prática de terceirização do serviço de atendimento ao eleitor. O Desembargador está de acordo, mas fez a proposta de encaminhamento ao TSE para estudo. Houve aprovação por unanimidade pelos Presidentes e ressaltaram que tal proposta também foi aprovada por unanimidade pelos Diretores-Gerais. Em seguida, o TRE do Pará expôs o tema SISTEMA DE GERENCIAMENTO DO SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO – GSE. Após discorrer sobre a importância da normatização pelo TSE para aplicação uniforme pelos Regionais, foi aprovado à unanimidade o encaminhamento da proposta ao TSE. Por fim, houve a apresentação do CASE DE SUCESSO NA COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL pelo TRE do Rio Grande do Norte. Em seguida o Vice-Presidente encerrou os trabalhos da manhã às 12h10min. Por volta das 14h35min os trabalhos foram retomados sob a presidência da Desa. Maria Zeneide Bezerra. A Presidente convidou o Excelentíssimo Senhor Ministro Gilmar Mendes para proferir palestra. O Ministro iniciou sua fala referindo-se a temas que preocupam os Regionais e o TSE já debatidos neste Encontro. Quanto à questão do aproveitamento dos dados colhidos por outros órgãos, afirmou que se faz necessário aprimorar os estudos para sua implantação, sobretudo por questões técnicas, mas há essa intenção de cooperação. Afirmou que avalia como correta a proposta do RJ de formação de um grupo de trabalho com três Tribunais para estudar a viabilidade do projeto. Outro tema tratado foi a preocupação de ter um código de relacionamento da Justiça Eleitoral com o Conselho Nacional de Justiça. Comunicou que já iniciou as tratativas para que o CNJ entenda as peculiaridades da Justiça Eleitoral, discorrendo que as tabelas de produtividade não são adequadas à Justiça Eleitoral, que exerce além da função jurisdicional, uma parcela significativa de função administrativa nas eleições. Quanto à questão orçamentária, afirmou que todos



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

sofreram cortes, mas que o básico para a realização das eleições foi assegurado, ressaltando a importância do reconhecimento pelo Governo Federal das necessidades da Justiça Eleitoral. Tratou ainda do ajuste da remuneração dos servidores do Poder Judiciário e, quanto à gratificação dos chefes de cartório, provavelmente a questão será votada no Congresso em agosto. Fez questão também de ressaltar a importância da implantação de um banco de boas práticas, a exemplo do explanado pelo TRE do RN. Apelou aos presidentes de Regionais que envidem esforços para o uso do aplicativo PARDAL, sistema de denúncias para envio das informações ao Ministério Público para os devidos fins. Ressaltou a importância da adoção no âmbito da Justiça Eleitoral do projeto Começar de Novo. Afirmou que no STF há quatro ou cinco egressos do sistema prisional e que deu certo. Solicitou que, na medida possível, esse projeto fosse implantado nos Regionais. Discorreu sobre a situação também dos menores infratores. Quanto às escolas judiciárias eleitorais, afirmou que é necessário que elas sejam um difusor de cidadania, sobretudo no momento ímbar por que o País atravessa em plena crise na democracia. Parabenizou a iniciativa do Des. Keppen de transformar a EJE em escola de cidadania. Fez diversas reflexões sobre democracia, ações da Justiça Eleitoral, cidadania e responsabilidade dos gestores da Justiça Eleitoral. Assegurou que sua gestão será realizada de forma compartilhada com os Regionais. Discorreu, por fim, sobre os desafios que a Justiça Eleitoral tem após as recentes alterações legislativas. Neste instante foi feito um intervalo para a foto oficial do evento. A Desembargadora Maria Zeneide reabriu os trabalhos e convidou o Secretário de TI do TRE da Paraíba para tratar do tema: PJE DESCOMPLICADO – UMA ABORDAGEM PASSO A PASSO PARA A IMPLANTAÇÃO. Dando continuidade, o TRE do Paraná apresentou a temática: SISTEMA DE INFORMAÇÕES DE DIREITOS POLÍTICOS – INFODIP. Em seguida, a Presidente do COPTREL convidou o representante do TRE de Sergipe para



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

apresentação da proposta de convênio do TSE com a Procuradoria da Fazenda Nacional para acompanhamento das multas eleitorais por meio dos sistemas PROFAZ e de Sanções Eleitorais. O Presidente do TRE de Sergipe ressaltou a importância da integração do sistema desenvolvido por aquele Tribunal (Ipleno) com o PJE. Em seguida, o TRE/RN apresentou proposta de aprimoramento dos sistemas ELO e SADP para resolver as demandas dos Tribunais mediante a concentração das informações em um sistema único. Trouxe, por fim, sugestão de alteração legislativa para a distribuição de parte do fundo partidário para as EJEs. A Presidente do TRE/RS propôs a elaboração de manual nacional de gestão documental e também que o TSE altere a norma para que seja acrescida às atribuições do servidor do cartório titular da função FC1 o cumprimento dos mandados judiciais. A Desembargadora Presidente propôs envio de expediente ao TSE quanto à questão das sessões realizadas em julho por 20 (vinte) Tribunais, pois, apesar da norma prever a possibilidade de realização até quinze sessões no mês de julho, só houve repasse de pagamento para oito sessões. O Presidente do TRE de Pernambuco propôs, após o devido arrazoado, que seja preservada a possibilidade de as polícias federal e estadual tomarem as iniciativas quanto ao inquérito policial, independentemente do Juiz e do MP, aplicando-se subsidiariamente o Código de Processo Penal, ante a inexistência de previsão na Lei eleitoral e da restrição do poder regulamentador do TSE. A proposta foi discutida e, diante da polêmica causada, será analisada com mais profundidade em outra oportunidade. Houve, em seguida, uma pausa para o lanche. Com o retorno aos trabalhos, foi aprovada uma moção de pesar ao Presidente do TRE do Espírito Santo em razão do falecimento de seu cunhado. A Presidente do Coptrel propôs a eleição da próxima gestão do Colégio que, após aprovada e concluída a eleição, a nova composição ficou assim definida: Des. Mário Devienne Ferraz, Presidente; Des. Antônio Jayme Boente,



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais

Vice-Presidente, e o Des. Luiz Tomasi Keppen como secretário. Ao final dos trabalhos a Presidente do Colégio de Presidentes, Desembargadora Maria Zeneide, fez seu pronunciamento final, agradecendo a presença de todos, conclamando os presentes a assinarem a CARTA DE CURITIBA, aprovada por unanimidade, e declarou encerrados os trabalhos. Apresente ATA foi elaborada por mim, Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE, Secretária, que mandei digitar, rubricando-a a fim de conferir-lhe autenticidade, sendo assinada pelos membros do corpo diretivo do Colégio de Presidentes da Justiça Eleitoral. Curitiba, Paraná, 22 de julho de 2016.

Desembargadora MARIA ZENEIDE BEZERRA

Presidente do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais
Eleitorais e

Presidente do TRE-RN

Desembargador ANTÔNIO CARLOS ALVES DA SILVA

Vice Presidente do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais
Eleitorais e

Presidente do TRE-PE

Desembargadora ÂNGELA PRUDENTE

Secretária do Colégio de Presidentes de Tribunais Regionais
Eleitorais e

Presidente do TRE-TO



Colégio de Presidentes dos Tribunais Regionais Eleitorais